

PADRÃO DE RESPOSTA - PEÇA PROFISSIONAL

ENUNCIADO

João, sócio-diretor da empresa MM Ltda., foi surpreendido com uma notificação do Município X para pagar multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e encerrar as atividades empresariais na cidade em um período de até 90 (noventa) dias.

Atônito, João, ao ler a notificação, descobre que foi aberto um processo administrativo para apurar denúncia de violação ao Decreto Municipal nº 5.678, de 2014, sem lastro em prévia lei municipal, que veda a instalação de lojas de produtos eletrônicos em bairros de perfil residencial, determina a aplicação de multa e estabelece um prazo de até 90 (noventa) dias para o encerramento das atividades empresariais no Município. Após a abertura do processo e instrução com registro fotográfico, foi proferida decisão, pelo Secretário de Posturas do Município, sem prévia oitiva da empresa, determinando a aplicação da multa, no valor indicado, bem como fixando o prazo de 90 (noventa) dias para o encerramento das atividades empresariais, sob pena de interdição e lacre do estabelecimento, na forma do Decreto Municipal. A notificação vem acompanhada de cópia integral daquele processo administrativo.

Você foi contratado como advogado para ajuizar a medida necessária à defesa dos interesses do cliente – afastar a exigência da multa e garantir a permanência das atividades empresariais.

Elabore a peça adequada, considerando-se aquela que tem, em tese, o rito mais célere e considerando que, desde o recebimento da notificação, já se passaram 60 (sessenta) dias, tendo transcorrido *in albis* o prazo para eventual recurso administrativo. **(Valor: 5,00)**

A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão.

GABARITO COMENTADO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 11/01/2015

ÁREA: DIREITO CONSTITUCIONAL

A peça a ser elaborada consiste em uma petição inicial de mandado de segurança. O examinando deve endereçar a petição a algum Juízo de Fazenda Pública da Comarca X (admitindo-se, ainda, o endereçamento a “Juízo Cível” ou “Juízo”, uma vez que os dados constantes do enunciado não permitem identificar a organização judiciária local).

O examinando deve indicar, na qualificação das partes, o impetrante (MM Ltda.) e a autoridade coatora (o Secretário de Posturas).

Devem ser indicados ainda os fundamentos para a concessão da medida liminar, quais sejam: o fundamento relevante e o risco de ineficácia da medida final, caso não seja deferida a liminar.

No mérito, devem ser apontados os fundamentos pelos quais se pretende impugnar a atuação sofrida. Em primeiro lugar, o examinando deve indicar a flagrante violação ao contraditório e à ampla defesa e devido processo legal, garantias inscritas no Art. 5º da Constituição, uma vez que tramitou um processo administrativo com aplicação de penalidade sem que fosse dada oportunidade à oitiva da empresa, a fim de apresentar defesa. O Decreto viola ainda o princípio da razoabilidade/proporcionalidade, tendo em vista que a própria exigência e, sobretudo, as cominações previstas nele são manifestamente excessivas, configurando intervenções desmedidas sobre o patrimônio e sobre a atividade econômica exercida pelo particular.

Por fim, o Decreto viola o princípio da legalidade, uma vez que, consoante a fórmula consagrada no Art. 5º, II, da Constituição, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Dessa forma, eventual restrição à livre concorrência e à livre iniciativa somente podem ser veiculadas por lei em sentido formal, não pelo Decreto.

Devem ser formulados pedidos de notificação da autoridade coatora, para prestar informações de ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, de concessão da medida liminar, de anulação da multa e de anulação do ato que determinou o encerramento das atividades empresariais.

Por fim, devem ser juntados os documentos comprobatórios do direito do autor, consubstanciados na cópia integral do processo administrativo.

Deve ser requerida a notificação do Ministério Público e atribuído valor à causa.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
Endereçamento da petição inicial: Juízo de alguma das varas de Fazenda Pública da Comarca X OBS.: Admite-se também o endereçamento a “Juízo Cível” ou “Juízo”	0,00 – 0,10
Qualificação das partes MM Ltda. (0,10) / Secretário de Posturas (0,10)	0,00 - 0,10 - 0,20
Fundamentação para a pretensão 1. inconstitucionalidade do Decreto, por violação ao princípio da legalidade (0,65); Art. 5º, II ou Art. 37 da CRFB (0,10). 2. violação ao contraditório e ampla defesa (0,40). Art. 5º, LV da CRFB (0,10). 3. violação ao devido processo legal (0,40). Art. 5º, LIV da CRFB (0,10). 4. inconstitucionalidade do Decreto, por ofensa à razoabilidade/proporcionalidade (0,65)	0,00- 0,65 - 0,75 0,00 – 0,40 - 0,50 0,00 – 0,40 - 0,50 0,00-0,65
Fundamentos para a concessão da liminar Fundamento relevante (0,30) e o risco de ineficácia da medida final (0,30), caso não seja deferida a liminar	0,00 – 0,30 – 0,60
Pedidos 1. notificação da autoridade coatora para prestar informações (0,30) 2. ciência ao órgão de representação judicial do Município (0,30) 3. concessão da medida liminar para suspender o ato do secretário de posturas (0,40) 4. procedência do pedido para afastar a exigência da multa (0,20) e garantir a permanência das atividades empresariais. (0,20)	0,00 – 0,30 0,00 – 0,30 0,00– 0,40 0,00 – 0,20– 0,40
Requerimento de oitiva do Ministério Público	0,00 – 0,10
Valor da Causa	0,00 – 0,10
Fechamento da peça: Local ou Município, Data, Advogado e OAB	0,00 – 0,10

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1

ENUNCIADO

O Governador do Estado X ajuizou Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, apontando a violação, pela Lei Estadual nº 1.111, de dispositivos da Constituição do Estado, que se apresentam como normas de reprodução obrigatória.

Considerando o exposto, responda aos itens a seguir.

- A) O que são normas de reprodução obrigatória? **(Valor: 0,65)**
- B) Proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal arguindo violação dos mesmos dispositivos da Constituição Federal, cuja reprodução pela mesma lei estadual (Lei nº 1.111) era obrigatória na Constituição Estadual, sem que tenha ocorrido o julgamento da Representação de Inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça local, poderão as duas ações tramitar simultaneamente? **(Valor: 0,60)**

O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

GABARITO COMENTADO

- A) As normas de reprodução obrigatória são aquelas que se inserem compulsoriamente no texto constitucional estadual, como consequência da subordinação à Constituição da República, que é a matriz do ordenamento jurídico parcial dos Estados-membros. A tarefa do constituinte em relação a tais normas, portanto, limita-se a inseri-las no ordenamento constitucional do Estado, por um processo de transplantação. Assim, as normas de reprodução decorrem do caráter compulsório da norma constitucional superior (Art. 25, *caput*, da CFRB).
- B) Se a lei estadual for impugnada perante o Tribunal de Justiça local e perante o Supremo Tribunal Federal, com fundamento em norma constitucional de reprodução obrigatória, com base no princípio da simetria, suspende-se a ação direta proposta na Justiça estadual até a decisão final do Supremo Tribunal Federal, que poderá ter efeitos *erga omnes* e eficácia vinculante para o Tribunal de Justiça, se julgada procedente. Aliás, essa é a solução adotada, de longa data, pelo Supremo Tribunal Federal, que indica, como fundamentos a esse entendimento, a primazia da Constituição da República (e, conseqüentemente, a primazia de sua guarda) e a prejudicialidade do julgamento daquela Corte com relação aos Tribunais de Justiça locais.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
<p>A. São normas compulsoriamente inseridas na Constituição do Estado, como consequência da subordinação à Constituição da República, que é a matriz do ordenamento jurídico parcial dos Estados-membros e impõe a transplantação de determinadas diretrizes para o plano estadual. (0,55) Art. 25, <i>caput</i>, da CFRB, (0,10)</p> <p>Obs.: A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</p>	0,00/0,55/0,65
<p>B. Não. Deve ser suspensa a ação direta proposta na Justiça estadual até a decisão final do Supremo Tribunal Federal. (0,60)</p>	0,00/0,60

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 2

ENUNCIADO

O Estado X, integrante da República Federativa do Brasil, foi agraciado com o anúncio da descoberta de enormes jazidas de ouro, ferro, estanho e petróleo em seu território. As jazidas de minério estão todas localizadas no Município de Alegria e as de petróleo, no Município de Felicidade, ambos localizados no Estado X.

Tendo em vista o disposto no ordenamento jurídico nacional, responda aos itens a seguir.

- A) A qual ente federativo pertencem os recursos naturais recentemente descobertos? Os demais entes, em cujos territórios se deu a descoberta, recebem alguma participação no resultado da exploração desses recursos? (Valor: 0,85)
- B) Um dos entes federativos (Estado ou Município), insatisfeito com a destinação dos recursos naturais descobertos em seu território, pode, à luz do nosso ordenamento, propor a secessão, a fim de se constituir em ente soberano, único titular daqueles recursos? Caso positiva a resposta, qual o procedimento a ser seguido? (Valor: 0,40)

O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

GABARITO COMENTADO

- A) O examinando deve identificar que, conforme previsão constante do Art. 20, IX, da Constituição, são bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo. E o Art. 176, da Constituição, em idêntico sentido, dispõe que as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União. Portanto, as jazidas de ouro, ferro, estanho e petróleo recentemente descobertas pertencem à União. Nada obstante, a própria Constituição, em seu Art. 20, § 1º, assegura aos Estados e aos Municípios participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. Dessa forma, o Estado “X” e os Municípios de Alegria e Felicidade têm participação assegurada no resultado ou compensação financeira pela exploração de recursos em seus territórios.
- B) A resposta é negativa. Nos termos do Art. 1º da Constituição, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. O vínculo que os une, à égide de nossa Constituição, não pode ser rompido (vedação à secessão).

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
<p>A1. Os recursos naturais recentemente descobertos pertencem à União (0,30), conforme os artigos 20, IX OU 176 da Constituição Federal (0,10)</p> <p><i>Obs.: a mera citação do artigo não pontua.</i></p>	0,00 / 0,30 / 0,40
<p>A2. Sim, é assegurada aos Estados e aos Municípios participação no resultado da exploração no respectivo território (0,35), conforme previsão constante do Art. 20, § 1º, da Constituição Federal (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do artigo não pontua.</i></p>	0,00 / 0,35 / 0,45
<p>B. Não. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, ficando, portanto, vedada a secessão (0,30), nos termos do Art. 1º OU 18, da Constituição Federal. (0,10)</p> <p><i>Obs.: a mera citação do artigo não pontua.</i></p>	0,00 / 0,30 / 0,40

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 3

ENUNCIADO

Os jornais noticiaram violenta chacina ocorrida no Estado Y, onde foram torturadas e assassinadas dezenas de crianças e mulheres de uma comunidade rural de baixa renda, com suspeita de trabalho escravo.

É aberto inquérito policial para a investigação dos fatos e, passado um mês do ocorrido, a polícia e as autoridades locais mantêm-se absolutamente inertes, configurando, de forma patente, omissão na apuração dos crimes. A imprensa nacional e a internacional dão destaque à omissão, afirmando que o Estado Y não é capaz de assegurar a proteção aos diversos direitos humanos contidos em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Com base no caso apresentado, responda aos itens a seguir.

- A) O que se entende por federalização dos crimes contra os direitos humanos? **(Valor: 0,65)**
- B) O Presidente da República pode requerer a aplicação do instituto? Perante qual juízo ou tribunal brasileiro deve ser suscitado o instituto da federalização dos crimes contra os direitos humanos? **(Valor: 0,60)**

O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

GABARITO COMENTADO

- A) O examinando deve indicar que a federalização dos crimes contra os direitos humanos é um instituto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, consistente na possibilidade de deslocamento de competência da Justiça comum para a Justiça Federal, nas hipóteses em que ficar configurada grave violação de direitos humanos. Tem previsão no Art. 109, § 5º, da Constituição Federal.
A finalidade do instituto é a de assegurar proteção efetiva aos direitos humanos e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil em tratados internacionais.
- B) O examinando deve indicar que o Presidente da República não tem competência para suscitar a aplicação do instituto. Conforme previsão constante do Art. 109, § 5º, da Constituição Federal, apenas o Procurador Geral da República pode suscitar a aplicação do instituto, e, nos termos do mesmo dispositivo, o tribunal perante o qual deve ser suscitado o instituto é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A1. A federalização dos crimes contra os direitos humanos é um instituto trazido pela Emenda Constitucional n. 45/2004, que consiste na possibilidade de <u>deslocamento de competência</u> da Justiça comum para a Justiça Federal (0,35)	0,00/0,35
A2. A federalização dos crimes tem cabimento nas hipóteses em que ficar configurada grave violação de direitos humanos (0,20) .	0,00/0,20
A3. Tem previsão no Art. 109, § 5º, da Constituição Federal. (0,10) Obs.: A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação, e deve ser contextualizada com o conteúdo dos itens A1 ou A2.	0,00/0,10
B1. Não, o Presidente da República não pode suscitar a aplicação do instituto. Apenas o Procurador Geral da República tem legitimidade para fazê-lo, (0,20)	0,00/0,20
B2. O instituto deve ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme previsão do mesmo dispositivo. (0,30)	0,00/0,30
B3. Conforme Art. 109, § 5º, da Constituição Federal. (0,10) Obs.: A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação, e deve ser contextualizada com o conteúdo dos itens B1 ou B2.	0,00/0,10

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 4

ENUNCIADO

Denúncias de corrupção em determinada empresa pública federal foram publicadas na imprensa, o que motivou a instalação, na Câmara dos Deputados, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Em busca de esclarecimento dos fatos, a CPI decidiu convocar vários dirigentes da empresa pública para prestar depoimento. Em razão do interesse público envolvido, o jornalista que primeiro noticiou o caso na grande imprensa também foi convocado a prestar informações, sob pena de condução coercitiva, de modo a revelar a origem de suas fontes, permitindo, assim, a ampliação do rol dos investigados. Outra decisão da CPI foi a de quebrar o sigilo bancário dos dirigentes envolvidos nas denúncias de corrupção, objeto de apuração da comissão.

Com base nessas informações, responda aos itens a seguir.

- A) A CPI tem poder para intimar alguém a prestar depoimento, sob pena de condução coercitiva caso não compareça espontaneamente? **(Valor: 0,40)**
- B) O jornalista convocado pode ser obrigado a responder indagações sobre a origem de suas fontes jornalísticas, em razão do interesse público envolvido? **(Valor: 0,40)**
- C) A CPI tem poder para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados? **(Valor: 0,45)**

O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

GABARITO COMENTADO

- A) A CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (Art. 58, § 3º, da CRFB), podendo determinar a condução coercitiva de testemunha.
- B) O jornalista não pode ser obrigado a responder indagações sobre a origem de suas fontes, pois o Art. 5º, XIV, resguarda esse sigilo para os jornalistas, garantindo, assim, a liberdade de imprensa.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 11/01/2015

ÁREA: DIREITO CONSTITUCIONAL

- C) Sim, O STF reconhece o poder da CPI para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados, observada a devida fundamentação para tanto, pois a competência decorre da atribuição de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, e a matéria não se insere na cláusula de reserva de jurisdição.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A) Sim, a CPI tem poder para determinar a condução coercitiva, já que tem poderes próprios das autoridades judiciais. (0,30) / Art. 58, § 3º, da CRFB. (0,10) <i>Obs.: a mera citação do artigo não pontua.</i>	0,00/0,30/0,40
B) Não, o jornalista não é obrigado a revelar as suas fontes. (0,30) / Art. 5º, XIV, da CRFB. (0,10) <i>Obs.: a mera citação do artigo não pontua.</i>	0,00/0,30/0,40
C) Sim, o STF reconhece o poder da CPI para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados, pois a competência decorre da atribuição de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (0,20) e esta matéria não se insere na cláusula de reserva de jurisdição. (0,25)	0,00/0,20/0,45